

por temas puede dar a veces la sensación de una cierta fragmentación, esta limitación queda compensada porque consiguen ofrecer una visión general de un tema muy actual, como es el de la pesca en el banco sahariano, que requiere, para su comprensión y manejo político, dar atención a todos esos aspectos, incluido el marco histórico en el que se inserta esa actividad y las relaciones internacionales en las que se encuadra.

Finalmente, cabe preguntarse si la perspectiva de género, a la hora de describir todos los procesos de explotación y producción relacionados con las pesquerías, podía haber tenido una mayor presencia. Ciertamente, por las características del sistema de pesca empleado en los bancos saharianos, se trata de un mundo predominantemente masculino. Sin embargo, la actividad en tierra sí requería de una mayor participación de las mujeres, a la que este libro podía haber dedicado una mayor atención.

En una pasada visita a Las Palmas coincidí en un estrecho ascensor con una mujer vestida con la tradicional *melhfa* o melafa de Mauritania. Gracias al inglés, lengua franca de nuestra era, intercambiamos algunas palabras, muy pocas, sobre nuestras mutuas nacionalidades. Muy pocas, cierto, pero las suficientes como para mostrarme la facilidad con que se crean puentes entre personas (y también conflictos, claro) cuando el espacio lo propicia. El libro de estos dos historiadores y hermanos canarios demuestra que siempre ha sido así, a pesar de que alguna historiografía, demasiado constreñida por las actuales fronteras nacionales, se empeñe en afirmar lo contrario. Por ello es sumamente recomendable la lectura de este libro que nos invita a conocer un mundo de circulaciones e intercambios en el atlántico, creado por los protagonistas de la pesca en el banco sahariano.

Margarita Eva Rodríguez García

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, Portugal

margaritaeva@gmail.com

SÁNCHEZ, Antonio, *La espada, la cruz y el Padrón. Soberanía, fe y representación cartográfica en el mundo ibérico bajo la Monarquía Hispánica, 1503-1598*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2013, 333+29 pp., ISBN 978-84-00-09738-7, e-ISBN 978-84-00-09739-4, prefácio de Henrique Leitão.

O livro *La espada, la cruz y el Padrón*, da autoria de Antonio Sánchez, inscreve-se num âmbito singular. Desde logo, porque se situa declaradamente no campo da história da ciência, porém de forma crítica em relação aos parâmetros usuais do género. Como explica o autor na introdução, a história da ciência era até há pouco tempo atrás dominada por uma visão triunfalista, centrada na progressão das descobertas e na construção de um relato que punha a tônica na acumulação progressiva do saber. Tal visão radicava no

imperativo de uma revolução científica baseada no raciocínio lógico formal, gradualmente propagada por efeito da secularização da sociedade europeia, histórica e geograficamente centrada no Atlântico Norte. Mas, nos últimos tempos, tem-se evidenciado a limitação desse paradigma a partir de estudos que procuram «entender a fabricação, manutenção, extensão e reconfiguração do conhecimento científico centrado em aspectos materiais, visuais, instrumentais, corporais, práticos, sociais, políticos, cognitivos e até mesmo emocionais do conhecimento» (p. 26). A tônica desloca-se desta forma em direcção a um entendimento circunstanciado do saber, com insistência na dimensão mais pragmática da sua produção e difusão, pois «o conhecimento científico é produzido de forma local em qualquer rincão do globo» (p. 27).

Tal perspectiva tem proporcionado uma nova visão das práticas científicas, em parte originada nos estudos do fenómeno imperial e colonial, centrados sobretudo no espaço atlântico. Nesse sentido, sobressai a importância de que se revestiu o contributo resultante da expansão ultramarina das potências ibéricas no dealbar da era moderna. Antes do que se convencionou chamar de revolução científica, tal expansão «provocou uma revolução geográfica e com ela uma revolução náutica, cartográfica e uma surpreendente explosão do mundo natural» (p. 28). O contributo ibérico para essa revolução do conhecimento tem permanecido à margem da narrativa tradicional de construção do saber científico, quer pelo predomínio de uma centragem anglo-saxónica, protestante e, mais tarde, iluminista, quer pela perduração do preconceito em relação a um tipo de saber indestrinçável da dimensão política e religiosa.

Com efeito, a dimensão prática do saber criado pelas monarquias ibéricas nos séculos xv e xvi não se pode separar das circunstâncias concretas da sua expansão ultramarina, enquadrada em projectos políticos que passavam pela afirmação de determinado modelo de monarquia e pela defesa da doutrina católica. Daí também o lugar central que, na construção desse saber, ocuparam a navegação, a cartografia e a história natural: porque a produção do conhecimento se afigurava inseparável dos objetivos políticos e económicos que lhe estavam subjacentes e que inseriam a sua própria génese numa dimensão verdadeiramente global, pela primeira vez na história da Humanidade. Como aponta o autor, «este novo enfoque obriga a reflectir sobre a emergência do conhecimento a partir da perspectiva das motivações políticas e comerciais, do poder imperial, da preeminência das colónias e da relação instável e complexa que o poder mantinha com a ciência nestes sistemas políticos; a examinar os processos de aparecimento da ciência imperial ibérica em termos de construção e não de descobrimento; a sublinhar a participação activa de grupos indígenas na elaboração de sistemas coloniais de conhecimento, em detrimento da ideia do mundo indígena como mero elemento subordinado à ciência metropolitana; e a atender ao lugar hegemónico que os contextos locais ocuparam na edificação dos modelos cognitivos de impérios globais» (p. 32).

Mas o preconceito historiográfico assinalado é reforçado por outro: o do lugar secundário que a história da ciência tem reservado, de forma geral, aos saberes cosmográfico e cartográfico. Este segundo preconceito obnubila a importância dos mapas

enquanto instrumento de concretização do poder e de auto-representação identitária das comunidades políticas. No caso ibérico, tal relação deve considerar-se na base da construção de uma imagem do mundo de cariz moderno, em oposição à mundividência medieval. Os Descobrimentos operados pelos navios das Coroas de Portugal e Castela ao longo dos séculos xv e xvi permitiram assim a construção gradual de uma nova *imago mundi*. Lisboa e Sevilha foram os grandes centros de produção dessa revolução cartográfica, com sede respectivamente nos Armazéns da Guiné e da Índia, e na Casa de la Contratación. Na actuação destes organismos, os escopos científicos revestiam-se de uma natureza prática e revelavam-se indissociáveis dos intuítos políticos, religiosos e ideológicos: «dada a obsessão da monarquia em capturar o mundo por meio de mapas, a cultura visual cartográfica representava um dos artefactos mais atractivos para promover uma estratégia científica sustentada nos interesses de um estado patrimonial de procedência tardo-medieval» (p. 38). Deste modo, as características científicas dos mapas (a sua precisão, o seu carácter fidedigno) eram postas ao serviço de interesses práticos (como a navegação ou a capacidade de programação de actividades administrativas ou militares), inseparáveis também da ideologia universal e messiânica de que se revestiram as monarquias ibéricas. Os mapas revelavam-se como instrumentos por excelência de legitimação da conquista dos territórios ultramarinos.

Esta abordagem permite — ou constrange — que os mapas sejam considerados na sua essência iconográfica, no sentido desconstrutivista inicialmente apontado por John Harley. Seguindo essa linha, Antonio Sánchez divide o seu livro em duas partes, cada uma compreendendo três capítulos: a primeira explicativa da criação, estabelecimento e consolidação das práticas cartográficas das monarquias ibéricas; a segunda dedicada aos modelos representativos concebidos pela Casa de la Contratación de Sevilha ao longo do século xvi.

No primeiro capítulo, o autor começa por evidenciar como a transição do Mediterrâneo para o Atlântico trouxe alterações de peso não apenas para as práticas de navegação mas também para os cânones da produção cartográfica. Esta resultava de uma sucessão de práticas científicas «sustentadas na emergência histórica de instituições, indivíduos, objectos, conceitos, práticas e representações» (p. 45). Partindo dos portulanos medievais, as Coroas de Portugal e Castela levaram por diante um longo e amíúde sinuoso processo de construção de diferentes formas de elaborar mapas: processo inevitável face às falhas dos velhos modelos medievais quando confrontados com as novas realidades geográficas gradualmente descobertas ao longo do século xv. Mas as rupturas evidentes escondem por vezes continuidades passadas sob silêncio. Assim, afigura-se notória a transferência de saberes mediterrânicos, sobretudo de origem maiorquina, que forneceu as bases sobre as quais, mediante patrocínio do infante D. Henrique, se elaborou a primeira cartografia atlântica. A progressão da navegação implicava invenção de novas técnicas de mapeamento: a cartografia portuguesa logrou adaptar-se às condicionantes inéditas de reconhecimento do espaço atlântico. Antonio Sánchez mostra como tal adaptação resultou de um processo gradual, inerente à própria exploração oceânica: sem referências

conhecidas e sem o apoio da costa à vista, a navegação teve de se tornar astronómica, com todo o desenvolvimento científico que essa nova dimensão pressupunha. Da mesma maneira que a navegação estimada havia criado os seus portulanos, assim a navegação astronómica deu origem às cartas de latitude. Estas acabaram por levar ao estabelecimento de um novo modelo cartográfico, patente no planisfério de Cantino, obra-prima da cartografia portuguesa.

No segundo capítulo, o autor trata de fornecer uma visão integrada da realidade científica ibérica, tendo como centro a produção cartográfica enquanto componente do projecto político, ideológico e religioso das monarquias ibéricas. Desde logo, porque o descobrimento do Atlântico, incluindo o do continente até então ignoto, foi inseparável da respectiva representação cartográfica. O mesmo se poderá dizer da conquista e ocupação dos novos territórios: para esse efeito, o conhecimento cartográfico revelou-se tão indispensável quanto o recurso à força militar. Esse carácter eminentemente prático levaria ambas as monarquias ibéricas a forjar desde cedo a ideia de uma cartografia oficial, sustentáculo dos seus projectos expansionistas. Até mesmo porque tal representação oficial se revelaria essencial para a concretização dos acordos ibéricos de partilha dos territórios ultramarinos, desde o tratado de Alcáçovas-Toledo em 1479 até ao de Tordesilhas em 1494 (passando naturalmente pelas bulas de Alexandre VI em 1493). A produção cartográfica assumia portanto um carácter imprescindível quer, num primeiro momento, para o escopo negocial, quer, depois, para o estabelecimento da soberania nos territórios objecto de partilha. Os mapas assumiam assim um valor performativo para a definição dos impérios ultramarinos: «a categoria política de soberania territorial estava fundamentada no controlo oficial do espaço por meio das suas representações mais do que das pessoas que ocupavam tal espaço» (p. 101). Como corolário de Tordesilhas, a questão do anti-Meridiano, ligada à querela luso-espanhola sobre as Molucas, levou a uma verdadeira batalha cartográfica entre as Coroas de Portugal e Espanha, escorada na viagem de circum-navegação levada a cabo por Magalhães e Elcano. A vontade de estabelecer um domínio global dentro deste quadro ideológico e científico levou à realização de mapas universais, tomados como padrões. Nesse âmbito, Antonio Sánchez aponta a constância de erros e omissões em tais mapas, salientando a viabilidade da velha tese historiográfica da política de sigilo proposta por Jaime Cortesão, que «pôde ser uma política sistemática de determinados poderes ou tão-somente uma série de decisões adoptadas em circunstâncias particulares, mas em caso algum fruto de uma invenção historiográfica» (p. 107).

No terceiro capítulo, Antonio Sánchez evidencia a importância de que se revestiu a Casa de la Contratación como centro de produção de mapas postos ao serviço do ideário imperial da monarquia espanhola. Esta instituição, criada em 1503, teve como sede a cidade de Sevilha, centro económico do reino de Castela e que viria a desempenhar um papel igualmente fulcral nas relações com os domínios do Novo Mundo. A partir de 1508 e no âmbito das citadas disputas luso-espanholas em redor do anti-Meridiano, foi atribuída ao piloto-mor, funcionário da Casa de la Contratación, a incumbência do desenho de um

padrão cartográfico geral: o Padrón Real. Em simultâneo, o mesmo oficial tinha a seu cargo a instrução técnica e científica dos navegadores que pretendiam navegar na carreira das Índias. Como resume Antonio Sánchez, «Toda a produção cartográfica da Casa [de la Contratación] girou em redor do Padrón Real. Uma vez identificados os recursos oferecidos pelos descobrimentos e detectadas as primeiras dificuldades em alcançá-los, houve que desenvolver uma forma de conhecimento que permitisse definir as extensões territoriais e marítimas da jurisdição espanhola e dos seus privilégios económicos» (pp. 136-7). O carácter simultaneamente universal e oficial do Padrón Real tornavam-no num modelo epistémico de representação cartográfica. O autor debate a questão de saber se esse modelo se fundamentava na anterior experiência portuguesa, nomeadamente nos «padrões d'el-rei» dos Armazéns da Guiné e da Índia (pp. 142-6), vincando a utilização destes enquanto instrumentos de apropriação simbólica dos territórios ultramarinos por parte da Coroa portuguesa: «o próprio nome delata-os. Os padrões d'el-rei respondem à autoridade de uns instrumentos muito poderosos, capazes de converter representação de um território em presença do rei. Ali onde o rei não chega, não apenas se ergue um padrão de pedra em sua lembrança, mas também se representa o seu poder em forma de soberania territorial por meio de imagens cartográficas» (p. 146). Daí o carácter performativo de tais mapas: o objetivo de representar com a maior fidelidade possível os territórios em que se exerce a soberania régia revela-se inseparável da construção imagética da monarquia por via cartográfica. Eles cumprem pois o duplo sentido que Louis Marin aponta para o conceito de representação: transmitem uma imagem da realidade ao mesmo tempo que fazem presente (re-presentam) a autoridade do rei nos territórios delimitados. Essa finalidade era aliás denotativa de outra componente estrutural das monarquias modernas: o carácter normativo do poder. Nesse sentido, o Padrón Real sevilhano procurava manter a segurança da navegação atlântica pelos navegadores ao serviço da monarquia espanhola, fornecendo-lhes adequado equipamento e formação técnico-científicos; ao mesmo tempo que procurava assegurar uma «standardização do novo conhecimento geográfico de forma sistemática e regulada». Não admira portanto que a actuação do piloto-mor fosse completada, desde 1523, pelo contributo de um cosmógrafo ao serviço da mesma Casa de la Contratación. Como resume Antonio Sánchez, «A actividade destes novos artesãos do mundo não foi independente das necessidades administrativas de um império em expansão. O desempenho das suas funções à frente dos novos cargos e o desenvolvimento das suas disciplinas emergiram encaixados a nível burocrático e experimental por uma causa comum: o controlo e domínio do Novo Mundo. A navegação, a cartografia e a cosmografia foram disciplinas do poder, politizadas e normativas, ciências, todas elas, que vertebraram a monarquia hispânica do princípio ao fim» (p. 160).

Passa então o autor para a segunda parte do seu livro. No quarto capítulo, analisa as circunstâncias históricas que levaram à fixação do Padrón Real pela Casa de la Contratación. Partindo de uma deliberação dos Reis Católicos, a procura de uma norma cartográfica «oficial» para a representação do mundo conheceu uma história conturbada, que o autor retraça com pormenor e sempre com o cuidado da sua devida contextualização.

Nesse percurso, avulta a intensidade da relação luso-espanhola, em que avulta o princípio da emulação, por vezes não isenta de antagonismo entre as monarquias ibéricas, simultaneamente aliadas e rivais ao longo do século XVI. Para a fixação do Padrón Real foram decisivos, num primeiro momento, os contributos de Andrés de Morales, Amerigo Vespucci, Sebastiano Caboto e Hernando Colón. Mas a viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães desempenharia mais uma vez um papel essencial, intensificando os contactos entre a cartografia portuguesa e a espanhola, ainda que o exacto contributo de cada um dos intervenientes (como Nuño García de Torenó, Pedro Reinel, Amerigo e Giovanni Vespucci ou Diogo Ribeiro) para a reformulação do Padrón Real se encontre por definir. Seja como for, Sánchez aponta a importância dos planisférios então produzidos enquanto instrumentos de poder ao serviço da monarquia espanhola e dos seus intentos imperiais, salientando o seu uso como ofertas diplomáticas junto de outros monarcas, indissociável da alta qualidade artística de tais objectos. Mas a importância de que se revestia o Padrón Real encontra-se igualmente patente nos recorrentes esforços para a sua renovação, em estreita ligação com a definição dos objetivos da política imperial espanhola por parte do Consejo de Indias; assim se apreendem as actuações de Juan Suárez de Carbajal, Alonso de Chaves e Alonso de Santa Cruz.

O quinto capítulo aborda as alterações profundas que o Padrón Real sofreu no decénio de 1540, coincidindo com a chegada de Pedro de Medina à Casa de la Contratación. Tais alterações resultam da disputa entre dois grupos antagónicos no seio desta instituição: por um lado, os defensores das cartas tradicionais, realizadas com uma única escala de latitudes; por outro, os que advogavam a necessidade de se introduzir nelas duas graduações diferentes. Tal debate, inicialmente de natureza técnica, acabou por provocar uma ampla polémica de foro ético: «Esta disputa só aparentemente cartográfica diz-nos mais do que poderíamos imaginar sobre os modos e do contexto de produção cartográfica da Casa de la Contratación, e acerca de como esse conhecimento foi validado ou invalidado no mundo ibérico do século XVI» (p. 231). Os detractores das cartas com dupla graduação entrincheiravam-se num conservadorismo epistémico, apoiado «numa visão da cosmografia essencialista amparada num determinismo cosmológico levado ao extremo, que não podia ser quebrado por acção de um mero cartógrafo, por engenhoso que este fosse»; ao passo que os seus defensores advogavam «uma concepção utilitarista da cartografia [...] baseada numa visão empirista do mundo, para a qual a experiência deveria ser a única circunstância capaz de gerar conhecimento» (p. 249). Claro que, subjacente ao debate, encontrava-se a questão essencial da interferência do poder político na geração e divulgação do conhecimento científico, neste caso cartográfico.

Esta mesma problemática leva Antonio Sánchez a dedicar o último capítulo à intervenção de Filipe II na definição do Padrón Real. Desde logo, é no seu reinado que se acentua o controlo do Consejo de Indias sobre a Casa de la Contratación, ao mesmo tempo que esta instituição recebe a visita de conselheiros do rei, sinal da vontade régia em interferir directamente nas definições cartográficas daí emanadas. Não obstante tal determinação, a segunda metade do século XVI revelou-se muito menos produtiva

que a primeira. Na verdade, a quebra da produção da instituição hispalense transmite a decadência desta como centro cartográfico do mundo ibérico. A monarquia hispânica desenvolvia outros instrumentos de apropriação dos espaços ultramarinos, entre os quais se contavam os mapas corográficos realizados mediante questionários, que permitiram a elaboração das *Relaciones Geográficas de Indias*. Assim, «o Padrón perdeu protagonismo em favor das necessidades corográficas da Coroa. Os padrões gerais e as cartas particulares passaram para segundo plano. Importava agora dispor de um meio cartográfico que permitisse conhecer um espaço concreto no qual se exerceria a soberania do rei de Castela» (p. 284). Mais uma vez, o saber cartográfico aplicado a novos mares e territórios constituía em si próprio um instrumento de construção da autoridade régia sobre essas paragens; não espanta portanto que as práticas cartográficas continuassem a ser objecto de acérrima disputa e mesmo de espionagem, principalmente no contexto em que Filipe II se assumiu como campeão da ortodoxia católica frente às potências protestantes e à ambiguidade francesa. Depois da anexação de Portugal aos domínios de Filipe II, o Padrón Real acabou por ser refundido com vista a proporcionar uma visão integrada do mundo controlado pelas monarquias ibéricas, quer para a construção de uma imagem que permitisse combater a propaganda inimiga, quer para informação adequada das instâncias governativas que tinham a seu cargo esses territórios ultramarinos. Mas a fundamentação científica desse conhecimento passara em parte para o cosmógrafo-mor de Índias e para a Academia de Matemáticas, criada em 1582. Os trabalhos de Pedro Ambrosio de Ondéiz e de Andrés García de Céspedes, ambos cosmógrafos-mores, procuravam a fixação de um novo Padrón Real, que estabelecesse a imagem do império universal de Filipe II; porém apenas no reinado seguinte as suas obras seriam impressas.

No seu conjunto, o livro de Antonio Sánchez fornece uma visão inovadora e complexa da cartografia criada pelas monarquias ibéricas como forma de conhecimento científico inseparável da sua aplicação concreta à edificação dos respectivos impérios ultramarinos no dealbar da época moderna. No que se refere ao papel quer do conhecimento cartográfico, quer das monarquias ibéricas para a construção da ciência moderna, o autor advoga a sua causa com fundamento, evidenciando como o modelo historiográfico predominante exclui indevidamente tais contributos. O livro de Antonio Sánchez evidencia também como as relações luso-espanholas se pautaram, ao longo deste período, por critérios de emulação: tal como noutras áreas, existiu no campo científico um fenómeno de atracção, rivalidade e estímulo mútuos. Neste contexto, a história da ciência transparece como indissociável das condições políticas e culturais em que tais formas de conhecimento foram geradas e transmitidas.

Miguel Metelo de Seixas

IEM e CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, Portugal

Bolseiro de Pós-Doutoramento da FCT - SFRH/BPD/69540/2010

miguelmeteloseixas@gmail.com